

---

# Considerações sobre a *Aufklärung* Kantiana

*Considerations on the Kantian Aufklärung*  
*Consideraciones sobre la Aufklärung Kantiana*

## Paola Nunes de Souza

Mestra em Literatura pela Universidade Federal do Paraná  
Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás  
Redatora do Instituto Federal de Goiás  
[paolansouza@hotmail.com](mailto:paolansouza@hotmail.com)

## Resumo

*Este artigo busca propor a reflexão sobre o conceito de Aufklärung em Kant a partir do diálogo com algumas questões presentes em seu sistema filosófico. Intenta-se pensar a Aufklärung (aqui traduzida como Esclarecimento) como um processo individual do sujeito, e não como um momento da História, como o é o Iluminismo ou a Era das Luzes. Ademais, discute-se também o vínculo da Aufklärung com alguns conceitos kantianos como a autonomia, a liberdade e o dever. Ao final, aponta-se para algumas questões importantes como a relação desse conceito com o entendimento, com a filosofia política e com a educação.*

**Palavras-chave:** *Aufklärung. Esclarecimento. Ética. Moral. Educação.*

## Abstract

*This paper seeks to propose the reflection on the concept of Aufklärung in Kant from the dialogue with some questions present in his philosophical system. It is intended to think Aufklärung as an individual process, and not as a moment of history, as is the Enlightenment or the Age of Enlightenment. In addition, it is tried to discuss some aspects of the bond of the Aufklärung with some Kantian concepts like autonomy, freedom and duty. In the end, it is pointed out some important issues, as the link of the concept with the understanding, with the political philosophy and with the education.*

**Keywords:** *Aufklärung. Clarification. Ethic. Moral. Education.*

## Resumen

*Este artículo busca proponer la reflexión sobre el concepto de **Aufklärung** en Kant a partir del diálogo con algunas cuestiones presentes en su sistema filosófico. Se intenta pensar **Aufklärung** como un proceso individual, y no como un momento de la historia, como lo es el Iluminismo o la Era de las Luces. Además, se intenta discutir también un poco del vínculo de la **Aufklärung** con algunos conceptos kantianos como la autonomía, la libertad y el deber. Al final, se apuntan algunas cuestiones importantes como el vínculo del concepto con el entendimiento, con la filosofía política y, sobre todo, con la educación.*

**Palabras clave:** *Aufklärung. Aclaración. Autonomía. Libertad. Educación.*

## Introdução

Ernst Cassirer (1997), em, afirma que o século das luzes trazia em seu bojo uma ideia importante de independência e de busca do conhecimento. Em suas palavras, “não se tratava meramente de um pensamento que se esforçava por alcançar novas metas, desconhecidas até então”; tratava-se, sobretudo, de um esforço em prol de saber a diretriz dessas metas, conhecer o curso a ser trilhado e, sobretudo, dirigir o seu próprio caminho (1997, p. 21). Além dessa ideia, segundo o historiador, o Iluminismo tinha como elemento crucial a preocupação e a problematização sobre o progresso intelectual. E para que este fosse possível, a razão e o conhecimento eram fundamentais, de modo que esse período ficou marcado por um vínculo indissociável com a questão do conhecimento e com sua problematização metacrítica. Nesse sentido, como bem pontua Cassirer (1997, p. 135), “o pensamento não pod[ia] dirigir-se ao mundo dos objetos exteriores sem voltar-se simultaneamente para si mesmo, procurando assim assegurar-se, num só e mesmo ato, da verdade da natureza e da sua própria verdade”.

É a partir dessa ideia de voltar a si mesmo para encontrar uma pedra de toque que proporcione um edifício seguro acerca da “sua própria verdade” que podemos pensar na problematização ocorrida com o conceito de *Aufklärung* no século XVIII. Foi naquele período que o tema ganhou, de fato, reconhecimento, principalmente a partir do instante em que pensadores renomados passaram o termo alemão pelo crivo da razão.

Um momento bastante emblemático para essa problematização ocorreu no ano de 1783, quando o filósofo alemão Johann Erich Biester publicou no jornal *Berlinische Monatsschrift* um artigo intitulado “Proposta de não mais se dar trabalho aos eclesiásticos na consumação do matrimônio”. Em seu texto,

Biester dizia que o casamento deveria ser considerado um rito civil, e não religioso, sobretudo em uma época de “pessoas esclarecidas”. Na edição seguinte do semanário berlinense, em setembro do mesmo ano, o clérigo Johann Friedrich Zöllner publicou um texto no qual dizia que o casamento, por sua importância, justificava, sim, o sacramento de um rito religioso. Indo além da sua resposta e muito provavelmente questionando a ideia de “época de pessoas esclarecidas” presente no texto de Biester, Zöllner propôs uma pergunta a respeito do que era o esclarecimento, problematizando, assim, o modo como o entendimento do termo em questão deveria ser levado em conta. De acordo com o clérigo, essa pergunta era tão importante (*wichtig*) quanto o questionamento sobre a verdade (*Wahrheit*) (BAHR, 2006, p. 3).

Com a questão lançada por Zöllner, vários foram os pensadores que refletiram sobre a *Aufklärung* (aqui traduzida como *esclarecimento*) ou sobre temas a ela relacionados; entre eles estavam alguns nomes conhecidos da época, como Moses Mendelssohn, Johann Gottfried Herder, Gotthold Ephraim Lessing, Friedrich Schiller e Immanuel Kant. A resposta deste último se tornou célebre e serviu, ao longo dos últimos 200 anos, de pano de fundo para diversas discussões engendradas sobre o tema, passando por filósofos como Theodor W. Adorno e Max Horkheimer até Michel Foucault e Jürgen Habermas. E são alguns aspectos da reflexão kantiana e seus vínculos com algumas áreas da filosofia do pensador alemão que serão objeto desta reflexão.

## Desenvolvimento

O opúsculo escrito por Immanuel Kant “*Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*”, publicado na edição de dezembro de 1784 do *Berlinische Monatsschrift*, acabou se tornando um texto clássico para o Iluminismo. E por que esse opúsculo foi tão importante para aquele contexto? Dentre as várias possíveis respostas que podem ser elencadas para elucidar esse questionamento, uma válida diz respeito ao fato de que o pensador publicou a sua “resposta” em um momento em que o Iluminismo europeu estava ainda na pauta do dia. Além de estar muito bem contextualizado à sua época, o opúsculo kantiano, quando comparado a outras de suas obras e textos, apresenta, estilisticamente, uma escrita que permite, em tese, uma compreensão e um entendimento mais fácil do interlocutor, algo que

contrasta com outros de seus escritos. Contudo, por mais claro que o ensaio seja, a partir de uma análise mais profunda percebem-se nuances que nos levam a pensar que o argumento de que o texto é de fácil compreensão é falho, uma vez que a suposta facilidade apresentada no entendimento dos interlocutores em face ao texto é apenas aparente. O que sustenta esse posicionamento é o fato de que o opúsculo analisado, para engendrar um entendimento na perspectiva e no âmbito da filosofia crítica kantiana, aponta para vários conceitos que demandam uma compreensão ulterior e mais profunda. Certamente, uma primeira leitura pode apontar várias questões interessantes para um leitor não familiarizado com a linguagem kantiana, mas é notável a existência de questões mais profundas no conceito de *Aufklärung* – e essas precisam passar por uma análise mais crítica.

Segundo Joel Klein (2009, p. 212), o trecho que abre o opúsculo sobre a *Aufklärung* é talvez um dos mais famosos da obra de Kant, mas é também “um dos textos mais superficialmente lidos e subestimados do *corpus* kantiano”. Ainda segundo Klein (2009, p. 212), “a maior parte [das informações] fica subentendida e só faz sentido se for lida tendo como parâmetro os outros textos críticos”, um tipo de leitura comparativa que a maioria das pessoas que tem contato com esse texto kantiano não faz. Mais do que ser compreendido no âmbito de outros textos críticos, percebe-se que o ensaio kantiano demanda uma reflexão construída a partir da interlocução com várias obras do pensador alemão, sem se restringir somente ao âmbito das três críticas, e isso se dá porque importantes reflexões sobre a *Aufklärung*, de modo direto e indiretamente, perpassam várias obras kantianas.

Fazendo uma espécie de reconstrução argumentativa do início do opúsculo *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, vemos que este é um texto que expõe sua tese principal de forma muito clara já em suas primeiras linhas. Assim, logo no início do ensaio, é visível que o esclarecimento é, para Kant (1974, p. 100), em termos simples e diretos, “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”. A menoridade, por sua vez, é definida como “a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 1974, p. 100).

É observável que, junto à construção de uma reflexão sobre o conceito de esclarecimento, estão presentes, sobretudo no início do texto, várias considerações prescritivas em relação ao que os homens deveriam fazer para supostamente abandonar a *Unmündigkeit* (menoridade). Tal fato pode ser

observado quando Kant afirma que é preciso da parte dos homens coragem, decisão e ousadia para fazer uso de seu próprio entendimento e não precisar da direção dos outros para se guiar. Há uma ênfase nesse sentido quando observamos a presença do mote “*sapere aude*” do poeta latino Horácio para sustentar a argumentação. Nessa passagem, percebe-se que têm papel fundamental para a manutenção do estado de menoridade a preguiça e a covardia, uma vez que estas “são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (*naturaliter maiorennnes*), continuem, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida” (KANT, 1974, p. 100).

Ao fazer esse tipo de colocação em seu opúsculo, utilizando a função conotativa da linguagem, chamando seus leitores para que se esclareçam, para que ousem conhecer, Kant acaba por apresentar, de certo modo, algo que está voltado ao âmbito daquilo que ele chama de prescrições técnico-práticas. O fato é que essas observações e prescrições presentes no texto poderiam ser vistas como algo questionável num âmbito de discussões atreladas à moral e à ética, segundo a própria filosofia kantiana. Para que isso fique mais claro, é preciso nos ater a uma passagem da *Crítica da faculdade do juízo* (2005).

Observando o que é feito argumentativamente nas éticas tradicionais, o filósofo critica aquelas ditas “éticas” que explicitam tão somente questões técnicas e não fazem problematizações sobre a moral ou sobre a liberdade:

A verdade é que no seu conjunto [as éticas tradicionais] somente contêm regras de habilidade que, por conseguinte, são apenas técnico-práticas, cujo objetivo é produzir um efeito, o qual é possível segundo conceitos naturais das causas e efeitos, os quais, já que pertencem à filosofia teórica, estão subordinados àquelas prescrições, na qualidade de simples corolários provenientes da mesma (da ciência da natureza) e por isso não podem exigir qualquer lugar numa filosofia particular que tenha o nome de prática. Pelo contrário, as prescrições moral-práticas, que se fundam por completo no conceito de liberdade, excluindo totalmente os princípios de determinação da vontade a partir da natureza, constituem uma espécie absolutamente particular de prescrições, as quais, por semelhança com as regras a que a natureza obedece, se chamam pura e simplesmente leis. No entanto, não assentam como estas em condições sensíveis, mas sim num princípio supra-sensível e exigem a par da parte teoria da Filosofia, exclusivamente para si, uma outra parte com o nome de filosofia prática. (KANT, 2005, p. 17).

No início do texto que problematiza a *Aufklärung*, nota-se que, embora sejam visíveis considerações de cunho filosófico sobre o *esclarecimento*, estão presentes também formulações que poderiam ser vistas como prescrições técnico-práticas, ou seja, considerações que apontam para a produção de um efeito e para a discussão de condições meramente sensíveis. Talvez, por se tratar de um texto mais informativo e voltado para um jornal, Kant tenha prescindido do desenvolvimento no prólogo de seu opúsculo de uma argumentação mais teórica e filosófica “à sua maneira”, por assim dizer. Desse modo, em detrimento dessa argumentação mais árdua e genealógica, estaria presente, no início do opúsculo, um tom conotativo que se aproxima do político e das éticas tradicionais que prescrevem, explícita ou implicitamente, conteúdos morais. Pode-se aventar, nesse sentido, que o tratamento linguístico da questão poderia muito bem ser responsável pela popularidade da resposta kantiana sobre a *Aufklärung*, uma vez que é muito mais fácil compreender a abordagem empreendida no opúsculo do que uma argumentação filosófica mais sofisticada e elaborada. Nessa perspectiva, poder-se-ia pensar o modo de exposição da *resposta* como uma espécie de estratégia argumentativa (ainda que não consciente), pois, ao usar essa linguagem mais acessível ao grande público, ao trazer ao seu texto essas prescrições e, portanto, não propriamente éticas no sentido de sua filosofia, mas, sim, prescrições que engendram um fácil entendimento num primeiro momento sobre um tema com tão grande popularidade e com tanta importância, Kant conseguiu chegar a um público muito maior do que aquele que poderia ser atingido mediante algumas de suas obras.

Diante do modo como o texto é construído, poder-se-ia dizer que o opúsculo kantiano em questão é marcado por uma estratégia argumentativa mista, que envolve, além de observações filosóficas, antropológicas e psicológicas, certas prescrições de fundo ético e moral que são, em determinados contextos, até mesmo criticadas pelo filósofo. O interessante, contudo, é que essas considerações estão amalgamadas a formulações que trazem também conceitos fundamentais da filosofia kantiana, considerações que só podem ser realmente compreendidas a partir da intertextualidade presente no opúsculo em relação a outras obras kantianas. Por essa razão, é imprescindível observar esse cenário sob uma perspectiva mais profunda.

O fato é que a resposta kantiana que, a princípio, poderia ser recepcionada por qualquer tipo de leitor, vai se tornando, ao longo de seu desenvolvimento, um campo de ideias em que grandes temas da filosofia kantiana irão se manifestar. Esse movimento permite observar com mais clareza a amplitude que o tema da *Aufklärung* apresenta, sobretudo a partir do momento em que ele se aproxima de importantes conceitos kantianos. Nesse ponto, o filósofo abre caminhos para adentrar, por exemplo, na filosofia moral, na ética, na política, na epistemologia e na pedagogia, dando a entender que o objetivo do seu texto não repousa tão somente numa prescrição ou observação de cunho especulativo que se dá no âmbito de uma antropologia prática e muito menos no âmbito da observação psicológica. Kant realmente passa por essas questões, mas vai além e faz uma interlocução profunda e significativa com a sua filosofia como um todo, uma vez que subjacente à ideia do esclarecimento estão presentes conceitos fundamentais de seu sistema filosófico.

Quando inicia sua *resposta* dizendo que o “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado” e quando diz que “a menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 1974, p. 100), Immanuel Kant aponta para questões muito importantes que podem passar despercebidas numa primeira leitura. A partir de uma exegese mais afinada ao sistema da filosofia kantiana, vemos que, primeiramente, há uma ideia de que essa saída, isto é, o próprio processo de *Aufklärung* é algo individual. Nesse sentido, pode-se sustentar que o esclarecimento é um ato reflexivo, um ato do indivíduo racional que se volta para si mesmo, como afirma Kant (1974, p. 103), “através de uma transformação do próprio espírito” (*durch eigene Bearbeitung ihres Geistes*), tratando-se, em suma, “de uma vocação de cada homem em pensar por si mesmo” (*des Berufs jedes Menschen, selbst zu denken, um sich verbreiten werden*), mas uma vocação ou um *ofício* (*Beruf*) que precisa ser desenvolvido naqueles que ainda não conseguiram fazê-lo. É perceptível que quem precisa sair do estado de menoridade é o próprio sujeito; é o indivíduo que precisa se libertar da ignorância. Se não o faz, segundo Kant, ele mesmo é o culpado.

Percebe-se, de acordo com essas colocações, que o estado de ausência de esclarecimento pressupõe uma falta de capacidade por parte do sujeito de ele mesmo, *per si*, fazer uso de seu entendimento sem a direção de outras

peessoas. Nota-se, a partir dessa pequena formulação, que há uma ideia de protagonismo do indivíduo: não há delegações aqui; é o sujeito que precisa se emancipar, é o sujeito que precisa buscar o conhecimento e sair do âmbito da ignorância, sair do âmbito da menoridade e realizar o processo de *Aufklärung*.

Detendo-nos na formulação do conceito de esclarecimento, que é retomada e reafirmada em diversos momentos do texto, vemos que um conceito-chave dentro da filosofia moral e da ética kantiana surge: o da autonomia. Nota-se que a palavra *autonomia* em si não está presente no texto, mas o conceito está presente no opúsculo. E ao longo do seu desenvolvimento, isso vai ficando cada vez mais claro.

Formulado na terceira seção da obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1784) e também discutido em outras obras, como a *Crítica da razão prática* (1788), o conceito de autonomia em Kant é primordial para a compreensão de toda sua ética e filosofia moral, uma vez que são elas erigidas a partir de um princípio fundamental de autolegislação. Para o filósofo, a ideia da construção de uma fundamentação de uma metafísica dos costumes tem como objetivo buscar e estabelecer aquilo que Kant chama de “princípio supremo da moralidade”. E para encontrar esse princípio, o pensador parte de uma ascensão analítica do conhecimento moral comum ao seu princípio, para retornar de forma sintética ao princípio supremo rumo ao conhecimento comum. Desse modo, “a metafísica dos costumes deve investigar a ideia e os princípios de uma possível vontade *pura*, e não simplesmente as ações e condições do querer humano em geral, as quais são extraídos da psicologia” (KANT, 2009, p. 79, grifo do autor).

Partindo da ideia de uma investigação metafísica segundo o pensamento a respeito de conceitos *a priori* de entidades não sensíveis, Kant (2009, p. 349) mostra que a liberdade da vontade é autonomia, no sentido de que a propriedade da vontade é para si mesma uma lei. Na verdade, a vontade do homem, a partir da manifestação da liberdade, torna-se legisladora para si mesmo (ou seja, autolegisladora) e designa o princípio de não agir segundo outra máxima senão aquela que também possa ter por objeto a si mesmo como lei universal. Assim, temos a ideia de que uma vontade livre e uma vontade construída sob a égide de leis morais é uma e a mesma coisa. Nas palavras de Kant (2009, p. 361-363),

Nós nos consideramos como livres na ordem das causas eficientes para nos pensar sob leis morais na ordem dos fins, e pensamos-nos depois como submetidos a essas leis porque nos conferimos a liberdade da vontade, pois liberdade e legislação própria da vontade são ambas autonomia, por conseguinte, conceitos recíprocos.

De fato, no âmbito da ordem dos fins, no qual podemos pensar sobre a moral, o homem racional, de acordo com Kant, é dirigido por leis morais que são estabelecidas por sua própria razão. Nesse sentido, estar submetido a leis morais elaboradas por si mesmo engendra a liberdade desse sujeito. Sob essa ótica, submetidos às leis morais, automaticamente conferimo-nos liberdade da vontade. E é essa legislação autônoma originadora da liberdade a própria autonomia do sujeito. Assim, em Kant, por mais paradoxal que possa parecer, a autonomia requer uma autolegislação, mas o interessante é que se trata de uma legislação vinda da razão, e não de regras e normas de outros entes. Para que essa ideia fique mais clara, é interessante observar o que Kant (2003, p. 111-113, grifos do autor) diz na *Crítica da razão prática* sobre o tema:

A *autonomia* da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres conforme a elas: contrariamente, toda a *heteronomia* do arbítrio não só não funda obrigação alguma, mas, antes, contraria o princípio da mesma e da moralidade da vontade. Ou seja, o único princípio da moralidade consiste na independência de toda a matéria da lei (a saber, de um objeto apetecido) e, pois, ao mesmo tempo na determinação do arbítrio pela simples forma legislativa universal, da qual uma máxima tem que ser capaz. Mas aquela *independência* é liberdade em sentido *negativo*, porém esta legislação própria da razão pura e, enquanto tal, razão prática, é liberdade em sentido positivo.

Pensando nessa ideia, vemos que o indivíduo é autônomo porque está submetido à sua própria norma e não se encontra sob a interferência de regras de terceiros. Nessa perspectiva, se a menoridade é um estado em que o homem precisa de alguém para guiá-lo, o esclarecimento faz com que o homem saia desse âmbito, pois ele passa a pensar por si mesmo. Desse modo, percebe-se que no conceito de *Aufklärung* há uma ideia clara de autonomia, de uma autorregulação, a partir de uma normatização engendrada de dentro para fora, ou seja, da razão que legisla para si mesma, em contraponto ao conceito de heteronomia (ou de regras ditadas por outrem) presente, como pressupomos aqui, na situação de menoridade.

Um ponto importante e que não dá para ser ignorado no ensaio kantiano diz respeito a certas colocações negativas de cunho antropológico e psicológico presentes no texto. Isso pode ser observado, por exemplo, quando o filósofo mostra que existe por parte da maior parte dos homens uma certa comodidade perante a menoridade, ou seja, de que, para muitos, é muito mais cômodo ser menor, isso porque seria muito mais fácil ter alguém pensando por nós mesmos, ou mesmo muito mais fácil não ter que refletir sobre certas questões. O fato é que dessas colocações é possível inferir uma crítica à natureza de um grande número de indivíduos.

Pensando em outros escritos kantianos, é notável que essa visão antropológica e psicológica um tanto quanto negativa da natureza dos homens não está presente somente na resposta sobre a *Aufklärung*. Em *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita* (2011), o filósofo, ao fazer uma observação sobre a humanidade, diz que

é difícil disfarçar um certo dissabor quando se observa a conduta humana posta no grande cenário mundial, e muitas vezes o que isoladamente aparenta sabedoria ao final mostra-se, no seu conjunto, entretecido de tolice, capricho pueril e frequentemente também de maldade infantil e vandalismo: com o que não se sabe ao cabo que conceito se deva formar dessa nossa espécie tão orgulhosa de suas prerrogativas. (KANT, 2011, p. 4)

Na verdade, para Kant, a humanidade, vista sob uma perspectiva realista, é bastante problemática. Sua conduta não é das melhores: sua natureza é mesquinha, má, preguiçosa e manipuladora. E no que tange ao esclarecimento, a imensa maioria da humanidade tem preguiça de pensar por si mesmo e acredita que se tornar esclarecido é bastante perigoso<sup>7</sup>. Contudo, é fundamental perceber que não há tão somente essa ideia antropológica negativa do homem, até porque, no interior do ensaio, emerge uma contra-argumentação que precisa ser levada em consideração.

---

<sup>7</sup> Infelizmente, afinado com as vozes culturais de seu tempo histórico e como grande parte dos filósofos, Kant (1974, p.100-102) inclui as mulheres nessa ideia de que a imensa maioria “inclusive todo o belo sexo” achava perigoso o esclarecimento.

O movimento de sair da menoridade rumo à autonomia do sujeito, isto é, o processo de esclarecimento, de acordo com Kant (1974, p. 102), não é algo que deve suscitar o medo, até porque tal passagem não tem nada de perigosa, uma vez que “as pessoas conseguiriam andar muito bem sozinhas depois de algumas quedas”. Corroborando essa ideia, vemos que, em *Ideia de uma história universal...*, Kant mostra que a razão, para se manifestar em sua plenitude, precisa de tentativas, exercícios e ensinamentos para progredir aos poucos, de um grau a outro. Em outras palavras, é preciso um desenvolvimento, uma evolução, um progresso, ainda que seja realizado de modo paulatino. Nas palavras do filósofo,

Numa criatura, a razão é a faculdade de ampliar as regras e os propósitos do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece nenhum limite para os seus projetos. Ela, todavia, não atua sozinha de maneira instintiva mas, ao contrário, necessita de tentativas, exercícios e ensinamentos para progredir, aos poucos, de um grau de inteligência (*Einsicht*) a outro. (KANT, 2011, p. 5-6).

Desvencilhar-se da menoridade, como se percebe a partir das observações de Kant, é difícil realmente, pois, ao longo do tempo, “ser menor” se tornou parte da natureza das pessoas, a ponto de haver a criação de uma espécie de afeição por essa natureza por parte de alguns, o que acabou tornando grande parte dos seres humanos incapazes de utilizar seu próprio entendimento. Entretanto, é importante observar que muito desse problema reside no fato de não ter sido dada às pessoas a chance de sair dessa situação:

É difícil portanto para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. (KANT, 1974, p. 102).

Se realmente não for dada uma chance, se realmente não houver um incentivo, emergir da menoridade torna-se algo bastante difícil para grande parte das pessoas. Desse modo, diante de tal cenário, conseguir escapar desse estado torna-se algo bastante incomum. Todavia, é essencial observar que, ainda que percebamos toda essa argumentação negativa, no sentido de

mostrar as inúmeras dificuldades presentes para se chegar ao esclarecimento, para Kant é possível vencer o jugo da heteronomia e ser autônomo. E isso para o filósofo está ligado a uma questão bastante importante.

Em sua obra sobre filosofia da história, Kant (2011, p. 6), na terceira proposição, enuncia:

A natureza quis que o homem tirasse inteiramente de si tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal e que não participasse de nenhuma felicidade ou perfeição senão daquela que ele proporciona a si mesmo, livre do instinto, por meio da razão.

Na verdade, o filósofo mostra que, uma vez que ao homem foram dadas a razão e a liberdade da vontade que nela se funda, a natureza forneceu um claro indício de seu propósito quanto à maneira de dotá-lo (KANT, 2011, p. 6). Isto é, o homem, por sua natureza, *deveria* ir além de uma existência instrumental, mecânica e meramente animal e instintiva, em prol do exercício autônomo de sua razão. *Sapere aude*, como ele mesmo relembra, trazendo à tona um verso do poeta Horácio ao seu ensaio<sup>8</sup>, é fundamental. O homem, nesse sentido, *deveria*, por si mesmo, ousar conhecer, ousar ir além e fazer uso de sua razão, deixando de lado os instrumentos que o agrilhoam à perpétua ignorância e aos preconceitos.

Na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, discorrendo sobre a destinação do homem e de uma suposta felicidade como finalidade, Kant diz:

Ora, se o verdadeiro fim da natureza num ser dotado de razão e de uma vontade fosse a sua conservação, a sua prosperidade, numa palavra, a sua felicidade, então ela teria tomado muito mal suas providências para isso ao escolher a razão da criatura como executora dessa sua intenção. (KANT, 2009, p. 109).

A grande questão é que, se o *telos* da natureza num ser que possui razão e vontade fosse tão somente sua felicidade, a natureza teria agido de modo

---

<sup>8</sup> Logo na abertura do ensaio, Kant (1974, p. 100-101, grifo do autor) diz: “*Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu *próprio* entendimento, tal é o lema do esclarecimento”.

equivocado ao fazer da razão a executora dessa finalidade. Na verdade, para o filósofo, “quanto mais uma razão cultivada se dedica à intenção de gozar a vida e a felicidade, tanto mais o homem se aparta do verdadeiro contentamento, com o que tem origem em muitos um certo grau de misologia, isto é, ódio à razão” (2009, p. 111). Nesse ponto da argumentação, percebe-se uma concepção que vê na mera fruição da vida, no gozo da *felicidade* um elemento que faz com que o homem se aparte daquilo que Kant considera como “o verdadeiro contentamento”, isto é, o uso pleno da razão. Isso porque esse tipo de fruição, essa vida voltada aos prazeres levaria o sujeito a preterir o uso de sua faculdade racional em prol de uma vida regida por necessidades e obrigações que não estão no âmbito da razão prática. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que haveria por parte das pessoas que buscam essa vida voltada à felicidade uma espécie de complacência perante a menoridade, e tal fato seria um erro para o filósofo.

Em determinada passagem de sua resposta, Immanuel Kant sustenta que um público, de fato, só muito lentamente pode chegar ao esclarecimento. Muito provavelmente fazendo uma alusão aos processos revolucionários de sua época, o filósofo diz que “uma revolução poderá talvez realizar a queda do despotismo pessoal ou da opressão ávida de lucros ou de domínios, porém nunca produzirá a verdadeira reforma do modo de pensar” (KANT, 1974, p. 104), isso porque não é de um momento para o outro que uma pessoa tornar-se-á esclarecida. É importante fazer um adendo sobre o contexto histórico em que o texto de Kant está inserido e mostrar por que é tão importante essa observação do pensador.

Como intelectual de sua época, como *aufgeklärt* de seu tempo, Kant obviamente percebia e estava ciente do que estava acontecendo em seu momento histórico. Ele percebia a transformação célere e qualitativa que começava a se operar a partir dos anos de 1780 na Europa. O filósofo, por mais que estivesse na pequena Königsberg e de lá não se retirasse, era parte daquele *Zeitgeist* que abrigava em si os primeiros passos da Revolução Industrial, cujo ponto de partida, segundo Hobsbawm (2010, p. 60), “pode provavelmente ser situada, com a precisão possível em tais assuntos, em certa altura dentro dos 20 anos que vão de 1780 a 1800: contemporânea da Revolução Francesa, embora um pouco anterior a ela”. O fato é que essas duas revoluções foram importantíssimas para a história do Ocidente e, logicamente, havia uma reflexão muito forte sobre essas questões no âmbito

do Iluminismo. Hobsbawm (2010, p. 48) ressalta esse ponto em suas reflexões e diz que:

É significativo que os dois principais centros dessa ideologia [ideologia do Iluminismo] fossem também os da dupla revolução, a França e a Inglaterra; embora de fato as ideias iluministas ganhassem uma voz corrente internacional mais ampla em suas formulações francesas (até mesmo quando fossem simplesmente versões galicistas de formulações britânicas), um individualismo secular, racionalista e progressista dominava o pensamento “esclarecido”. Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam era o seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava sua sombra pelo mundo, da superstição das igrejas (distintas da religião “racional” ou “natural”), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum outro critério irrelevante. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus slogans.

No interior da ideologia do Iluminismo, havia, sim, uma reflexão sobre a dupla revolução que surgia nos anos de 1780. Libertar o indivíduo da ignorância era um objetivo, libertar dos preconceitos, promover a igualdade entre os indivíduos, promover a racionalidade eram ideias que estavam presentes naquele momento. Nesse sentido, também havia uma grande crença na evolução da sociedade e no progresso. Todavia, é importante observar que, para Kant, mesmo com essas revoluções cruciais e com as ideias que o próprio Iluminismo, enquanto período do pensamento ocidental, trazia em si, elas por si mesmas não seriam capazes de produzir uma mudança na forma do pensamento, elas não engendrariam a *Aufklärung*, isso porque a chave não estaria nesses movimentos, revoluções ou transformações históricas, mas, sim, no indivíduo em si e em seu *próprio* movimento em prol do desenvolvimento de seu pensamento por si mesmo.

É importante desenvolver essa questão pois uma das teses que sustentamos em nossa pesquisa<sup>9</sup> é de que o esclarecimento (*Aufklärung*) na perspectiva kantiana, não se trata meramente de uma época histórica, como

---

<sup>9</sup> Atualmente (2017-2019), desenvolvemos uma pesquisa no Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, discutindo aspectos kantianos da epistemologia, da ética e da educação na perspectiva da *Aufklärung* proposta por Immanuel Kant. Nesta pesquisa, expomos também de forma mais clara essa ideia da *Aufklärung* como processo ético-epistemológico.

o é o Iluminismo; ele é, sim, um processo que depende do esforço de cada indivíduo. Na verdade, a exegese dos textos nos quais o esclarecimento é problematizado (direta ou indiretamente) permite-nos dizer que a *Aufklärung* não pode ser vista como um mero sinônimo da ideologia ou do período iluminista. Nesse sentido, longe de se referir a uma época histórica, como o é o Iluminismo, longe de ser uma idade da crítica ou uma época que postula na razão uma solução para os problemas, o esclarecimento sob o viés kantiano aponta para um processo que depende da autonomia e da liberdade do sujeito racional.

Para ser cômico de sua razão, cômico da liberdade que se tem e saber manifestá-la, usá-la e agir de modo a alcançar o esclarecimento, são necessários determinados elementos que não são conseguidos instantaneamente, nem mesmo com revoluções históricas. Nesse sentido, para sair dessa menoridade, é necessária uma espécie de maturidade para não haver mais a necessidade de ser tutelado, uma maturidade que pode ser vista na perspectiva da razão.

O conceito kantiano de razão é bastante importante para toda a filosofia de Kant e é desenvolvido em várias obras. Para os fins deste artigo, determos de forma breve naquilo que o filósofo traz sobre o tema no seu texto sobre a filosofia da história e na *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Nesta última obra, vemos que

a razão nos foi proporcionada como razão prática, isto é, como algo que deve ter influência sobre a *vontade*, então a verdadeira destinação da mesma tem de ser a de produzir uma *vontade boa*, não certamente *enquanto meio* em vista de outra coisa, mas, sim, *em si mesma*. (KANT, 2009, p.113, grifo do autor).

Pensando na formulação acima, vemos que a razão está vinculada a uma ação; ela é uma razão *prática*. Assim, o próprio movimento de esclarecer-se, nessa perspectiva, está vinculado à ação da razão prática, uma vez que no ato de sair da menoridade temos o movimento da razão sobre a vontade, isto é, um processo de ação da razão sobre as disposições naturais do ser humano, no sentido de *ousar* sair de uma dada zona de conforto em prol de atingir a finalidade das disposições dos seres racionais.

A implicação da liberdade em referência ao uso da razão prática, essa razão que submete a vontade, é fundamental, pois, para Kant, um público esclarecer a si mesmo é algo que pode ser feito “se lhe for dada a liberdade”. O esclarecimento, com a presença da liberdade, é quase inevitável (KANT, 1974, p. 102). Aqui, vemos que a liberdade surge como grande aliada do esclarecimento. Com ela, é praticamente impossível que o indivíduo não se esclareça. Assim, junto com a razão, a liberdade é condição *sine qua non* para a *Aufklärung*.

No decorrer de seu texto, Kant (1974, p. 104, grifo do autor) mostra que “nada mais se exige senão a *liberdade*”, para que haja de fato esclarecimento (*Aufklärung*). Nesse sentido, é importante notar que o filósofo qualifica, predica essa liberdade e fala que é exigida a mais inofensiva das liberdades: “a de fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões” (KANT, 1974, p. 104, grifo do autor).

Quando Kant aponta para essa questão, percebe-se uma crítica bastante forte à sociedade de sua época de um modo geral, uma vez que, segundo ele, naquele momento, por todos os lados só se ouviam clamores para que as pessoas deixassem a razão de lado em prol de outras atividades. Historicamente, observa-se que, apesar de existir na época um clamor para “libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam”, como salienta Hobsbawm (2010) ao falar do Iluminismo, havia certamente quem discordava desse movimento ou quem nem ligava para ele. Assim, faz sentido pensar nisso que Kant chama de um clamor pela ausência de razão, um clamor que, para o filósofo parecia ser muito mais pungente, do que pelo uso da razão esclarecida. Diante desse cenário, para que houvesse uma maior chance de esclarecer de fato, fazia-se premente “o uso público de sua razão” que deveria ser sempre livre.

Da formulação kantiana, podemos nos perguntar se realmente o uso privado poderia ser nulo para o engendramento do esclarecimento. No entanto, vemos que Kant deixa claro que o uso privado da razão não é por contraposição um uso fadado ao não esclarecimento ou à ausência deste, ressaltando que o uso privado da razão, apesar da limitação que contém em si, não é capaz de impedir o progresso do esclarecimento. De todo modo, o uso público seria, logicamente, mais amplo, enquanto que o uso privado estaria circunscrito a cargos públicos ou à função confiada ao homem, algo que poderia limitar a *Aufklärung*.

Kant diz ainda que o homem, enquanto sábio, tem completa liberdade e até mesmo o dever de dar conhecimento ao público de todas as suas ideias, cuidadosamente examinadas e bem intencionadas, sobre o que há de errôneo naquele credo e expor suas propostas. O filósofo fala aqui a respeito da essência da religião e da igreja, no entanto é possível levar essa reflexão a outras esferas. Ora, o homem esclarecido, nessa perspectiva, teria um dever de mostrar aos outros aquilo que eles não veem. A tarefa desse indivíduo, poderíamos pressupor, é servir de ponte para que o conhecimento transite de fato. Acreditar que Kant utiliza a palavra “dever” nesse texto de forma despropositada é ser ingênuo, uma vez que em sua filosofia esse conceito tem um peso bastante grande e uma ligação muito forte com toda a esfera da razão prática, da liberdade e da autonomia. O fato é que, se o esclarecimento está tão vinculado à esfera da razão prática, que, como vimos, possui uma ligação com a vontade (e a *boa vontade*), temos que considerar que o dever está presente aqui também. Assim, pensar em um esclarecimento vinculado à filosofia moral kantiana requer, por conseguinte, a reflexão sobre o dever. Colocando a questão dessa forma, aliás, veríamos que o esclarecimento teria de ser buscado não por uma mera inclinação do indivíduo, mas sim *por dever*.

Na *Fundamentação*, Kant fala que o conceito do dever (*Pflicht*), como dever moral, isto é, como dever *prático*, contém o de uma boa vontade, ou seja, uma vontade que é altamente estimável por si só e boa sem qualquer intenção ulterior (2009, p. 115). Em outras palavras, agir por dever no sentido prático kantiano não está ligado a algo a ser alcançado posteriormente; agir por dever possui, na verdade, um teor moral (*einem moralischen Gehalt*). Nesse sentido:

uma ação por dever tem seu valor moral *não no intuito* a ser alcançado através dela, mas, sim, na máxima segundo a qual é decidida, logo não depende da realidade efetiva do objeto da ação, mas meramente do *princípio do querer*, segundo o qual a ação ocorreu, abstração feita de todos os objetos da faculdade apetitiva. (KANT, 2009, p. 125, grifo do autor).

Quando Kant mostra que a própria natureza deu aos homens indícios claros quanto “à maneira de dotá-lo”, mediante a disponibilização da razão e da liberdade da vontade, o pensador está, de certo modo, dizendo que o homem, devido à sua natureza, *deveria* ir além de uma existência

instrumental, mecânica e meramente animal e instintiva, em prol do exercício autônomo de sua razão, em prol do seu esclarecimento e mesmo do dos outros. Esclarecer-se, nesse sentido, estaria plenamente ligado ao uso de todas as potencialidades da razão e da liberdade em prol de uma ideia de progresso, não apenas de si mesmo, mas de todos os indivíduos; estaria ligado a uma forma de atingir a plenitude do desenvolvimento de nossas disposições enquanto seres humanos. Na verdade, pensando no que Kant (2009, p. 125) propõe na segunda proposição do dever moral, por analogia a pessoa deveria se esclarecer porque é a consciência que legisla nesse sentido. A máxima da consciência é que normatizaria sobre a necessidade do esclarecimento. Não é que o indivíduo vá alcançar algo por meio do esclarecimento, porque não é essa a finalidade (aliás, não existe finalidade nesse âmbito), até porque o esclarecimento, em Kant, não é instrumental. Sob esse ponto de vista, a *Aufklärung* proposta pelo filósofo alemão mais uma vez demonstra um vínculo essencial com a moral no sentido de que o ato de esclarecer não tem um intuito a ser alcançado. Desse modo, não me torno melhor para os outros porque sou esclarecida. Na verdade, no ato de me esclarecer permito tão somente que todas as disposições da minha natureza racional sejam aproveitadas, eu me torno um ser moral e racional, dotado de dignidade e consciência própria, e não um simples objeto ou uma máquina usada como meio para atingir outros fins. Nessa perspectiva, o esclarecimento é vinculado à moralidade, pois no ato de esclarecer-se o valor moral que está presente se dá não no intuito que será alcançado por meio dele, mas sim a partir da máxima segundo a qual ele é decidido. Não há uma finalidade instrumentalizada com o esclarecimento, mas sim a legislação da razão que não possui *telos* e que engendra a ação verdadeiramente livre para o ser racional.

## Conclusão

Como pudemos observar nestas breves reflexões, a *Aufklärung* é erigida a partir de conceitos fundamentais presentes na obra de Immanuel Kant. Na verdade, esse processo de pensar por si mesmo, esse movimento do indivíduo tem uma ligação muito forte com a ética e a moral kantiana, e não só com elas. A *Aufklärung* se constrói amparada com todo o sistema da filosofia

kantiana. Observamos, de modo breve, que não há como considerar o esclarecimento desvinculado da ideia de moralidade, pois há aqui a implicação de vários corolários conceituais da filosofia moral kantiana, como a autonomia, a liberdade, a razão prática e o dever. É importante, nesse sentido, ressaltar que todos esses elementos foram vistos aqui de forma superficial e demandam uma maior profundidade de pesquisa, algo que, certamente, pretendemos fazer em estudos posteriores. A ideia, nessa perspectiva, é aprofundar nessa temática e observar como o esclarecimento se dá e refletir sobre como ele pode ser fomentado. E uma das pistas iniciais para futuras pesquisas é refletir sobre a necessidade de buscar a emancipação do cidadão, tanto no âmbito individual quanto no público, o que abrange também, para além da ética e da epistemologia, uma questão social, política e, sobretudo, pedagógica.

Em *Lectures on ethics* (1963), livro no qual são compilados textos esparsos sobre ética, Immanuel Kant diz que o destino da humanidade é a perfeição moral, a qual pode ser conseguida por meio da liberdade. Nessa perspectiva, o fim a que todos os homens são destinados diz respeito a alcançar sua completa perfeição por meio de sua própria liberdade (KANT, 1963, p. 252). Assim, é por meio dela que o homem pode atingir a sua finalidade, a perfeição moral. Estabelecendo um vínculo com essa ideia, vemos também que é com a liberdade que o esclarecimento se dá. Ela é condição *sine qua non* para o esclarecimento do sujeito e, por tudo que discutimos aqui, é possível pressupor que o processo de esclarecer-se está de modo muito forte ligado a esse destino da raça humana, sobretudo quando Kant desenvolve a ideia de como seria possível alcançar essa perfeição.

No ensaio “O que significa orientar-se pelo pensamento”, escrito no ano de 1784, mesmo ano em que Kant publicou sua resposta sobre a *Aufklärung*, o filósofo afirma que pensar por si mesmo significa procurar em si mesmo a suprema pedra de toque da verdade (isto é, em sua própria razão), e a máxima que manda pensar sempre por si mesmo é o esclarecimento. Nesse mesmo texto, o filósofo afirma que a educação é o modo de estabelecer a *Aufklärung* em *individuos particulares* habituando desde cedo os jovens a esta reflexão (KANT, 1974, p. 98), uma vez que “esclarecer uma época é muito penoso e demorado, porquanto encontram-se muitos obstáculos exteriores que em parte proíbem esta espécie de educação e em parte dificultam-na” (KANT,

1974, p. 98). Voltando ao texto em que discute sobre a destinação final da humanidade, Kant afirma que é na educação que a perfeição moral pode ser buscada: “in education, and in nothing else” (KANT, 1963, p. 252). O fato é que a educação atrelada a essa ideia do esclarecimento precisa ser pensada para proporcionar o alcance dessa “perfeição intrínseca à liberdade”. Precisariamos, nesse sentido, parar de pensar tanto em habilidades (*skills*), preterir a instrumentalização da educação e nos voltar à formação dos indivíduos de modo integral, reflexivo e, sobretudo, crítico, a fim de que as pessoas consigam realmente utilizar seu próprio entendimento de modo livre e autônomo na vida prática.

Pensando ainda no opúsculo kantiano sobre o esclarecimento, vemos que Kant (1974, p. 112) ali já fazia um questionamento importantíssimo ao indagar se seus contemporâneos viviam uma época esclarecida (*aufgeklärt*). Sua resposta direta mostrava que o homem não vivia numa época esclarecida em meados de 1784, por mais fortes e pungentes que fossem os clamores do Iluminismo europeu. Havia, certamente, esclarecimento, mas esse conceito não podia predicar ou adjetivar uma época. Estendendo a reflexão para o nosso tempo, vemos que não vivemos em uma época que pode ser adjetivada desse modo muito menos hoje, mais de dois séculos depois. Por isso a reflexão kantiana ainda continua sendo tão atual e válida nos dias de hoje. Nesse sentido, acreditamos na validade de pensar mais profundamente no tema do esclarecimento e em suas implicações, afinal percebe-se que temos meios para melhorar a situação posta, uma vez que temos informação, tecnologia e há, sim, indícios de que há esclarecimento em alguns redutos. Contudo, é preciso que haja um esforço, uma reflexão e um *agir* tanto no âmbito individual quanto no público em prol desse esforço rumo à autonomia, à liberdade e à transformação de nossa sociedade, algo que perpassa várias esferas e áreas da sociedade e da cultura: do âmbito epistêmico, político e pedagógico, chegando à esfera da ética e da moral, domínio que a nossa sociedade ainda precisa muito evoluir.

## Referências

BAHR, E. (Org.). *Was ist Aufklärung? Kant, Erhard, Hamann, Herder, Lessing, Mendelssohn, Riem, Schiller, Wieland: Thesen und Definitionen*. Stuttgart: Universal Bibliothek, 2006.

CASSIRER, E. *A filosofia do Iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KANT, I. *Lectures on ethics*. Trad. Louis Infield. New York: Harper Torchbooks, 1963.

\_\_\_\_\_. Resposta à pergunta: que é esclarecimento? Trad. Floriano de Sousa Fernandes. In: \_\_\_\_\_. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. *Crítica da razão prática*. Trad. Valério Rohden. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Trad. Valério Rohden e António Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/-3506/1> Acesso em: 27 abr. 2016.

KLEIN, J. T. A resposta kantiana à pergunta: que é esclarecimento? *Revista Ethic@*, Florianópolis, v. 8, n 2, p. 211-227, dez. 2009.